

Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira

June 2013: criticism and opening of the crisis of representative Brazilian democracy

Daniel Pinha Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
danielpinha@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo reconhece a centralidade das Manifestações de Junho de 2013 como um ponto de inflexão para a abertura da crise do modelo democrático-representativo experimentada ainda hoje. Defende que se forma a partir daquele mês de junho um ambiente social crítico a este sistema político, apontando para a necessidade de reajuste das práticas políticas dos representantes e do efetivo cumprimento do pacto constitucional de 1988. Após explorar a historicidade e o potencial semântico do conceito de democracia – em seu caráter inconcluso e suscetível à crítica permanente da sociedade civil – e caracterizar o modelo democrático brasileiro pós-88, o artigo avança nas ambivalências de junho a partir do exame dos discursos políticos dos atores à época, distinguindo dois tempos: o primeiro canalizado pelo Movimento Passe Livre, centrado no debate sobre o direito ao transporte público e à tarifa zero e, de modo mais amplo, no direito à cidade; o segundo, sem um centro organizador tão evidente, mas com clara tentativa de apropriação por parte da grande imprensa, que disparava reivindicações múltiplas associadas ao combate à corrupção. Na soma não excludente dos dois tempos está a formação de um grande ambiente de crítica ao modelo democrático representativo vigente e a suas práticas.

Palavras-chave: História do Brasil Recente; Democracia; Manifestações de Junho de 2013.

Abstract: This article recognizes the centrality of the June 2013 Manifestations as a turning point for the opening of the crisis of the democratic-representative model still experienced today. It argues that from that month of June a critical social environment was created for this political system, pointing to the need to readjust the political practices of the representatives and the effective fulfillment of the constitutional pact of 1988. After exploring the historicity and the semantic potential of the concept of democracy - in its unfinished and susceptible character to the permanent critique of civil society - and to characterize the Brazilian democratic model after 88, the article advances in the ambivalences of June examining the political discourses of the actors in that time, distinguishing two moments: first channeled by the Free Pass Movement, centered on the debate on the right to public transport and, more broadly, on the right to the city; the second, without such a specific organizing center, but with a clear attempt by control the mainstream press, triggered multiple demands associated with the fight against corruption. The non-excluding sum of the two moments happen the formation of a environment of criticism to the representative democratic model still in force and its practices.

Keywords: History of Recent Brazil; Democracy; Demonstrations of Manifestations 2013.

Recebido: Novembro 2017

Aprovado: Janeiro 2017

Introdução¹

Nove de março de 2017: os principais jornais brasileiros repercutem a entrevista concedida por Michel Temer à Revista Inglesa *The Economist*, destacando a passagem em que ele diz: “Prefiro ser impopular a ser populista”, ao ser questionado pelas baixas taxas de popularidade de que desfrutava naquele momento. Em complemento, dizia Temer, “o governo tem uma base parlamentar extremamente sólida”, como se tal base compensasse a impopularidade.² Ou seja, nesta linha de raciocínio, o requisito fundamental para a atuação do governante seria a sua responsabilidade e competência administrativa para gerir os negócios públicos, sem que possíveis furores “populistas” viessem a atrapalhar aquela gestão – é clara a preocupação em diferenciar-se do governo petista que lhe antecedeu, taxado de imaturo, inconseqüente, irresponsável, demagógico, em suma, “populista”.³

De acordo com a reportagem, Temer assumira o poder em 2016 quando a então Presidenta Dilma Rousseff fora condenada pelo Congresso por manipular as contas governamentais – promovendo as chamadas pedaladas fiscais⁴ – em seu primeiro governo, embora o motivo principal para o impedimento de seu mandato fossem os escândalos de corrupção que atingiam o Partido dos Trabalhadores, ainda que não pairasse sobre ela, especificamente, nenhuma acusação formal de prática de corrupção. Temer, no entanto, não representava para a população uma imagem antagônica à Dilma, isto é, a de um governante com virtudes morais inquestionáveis, capaz de erradicar a corrupção da presidência; ao contrário, ele era visto como golpista e corrupto por boa parte dos brasileiros, como destaca a reportagem do periódico.

Àquela altura, Temer ainda não tinha alcançado o seu pior patamar de popularidade – em outubro de 2017, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, ele contava com 5% de aprovação, a maior rejeição a um presidente da República desde a redemocratização – tampouco havia enfrentado a pior das crises de seu governo.⁵ Em maio do mesmo ano de 2017, Temer envolveu-se diretamente em um escândalo de corrupção, quando o país inteiro acompanhou a divulgação de uma conversa privada sua com o multi-empresário Joesley Baptista, em que ele dava indícios de pedido de propina e, consentia, claramente, com práticas

¹ Agradeço especialmente à parceria intelectual de Henrique Gaio, Cairo Barbosa, Gabriel Felipe Mello, Camille Cristina, Jefferson Augusto, Yan Fonseca, Fred Zgur, Fabio Rodrigues e David Gomes, companheiros de jornadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e de ótimos debates no grupo virtual “Debates políticos contemporâneos”, importantíssimos interlocutores das linhas que se seguem.

² “Prefiro ser impopular a ser populista”, diz Temer a Revista Inglesa. *Folha de São Paulo* (online). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865048-prefiro-ser-impopular-a-ser-populista-diz-temer-a-revista-inglesa.shtml>>. Acesso em: em 01 out. 2017.

³ Sobre o conceito de populismo ver: GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 1, n. 2, 1996, p. 31-58.

⁴ Em linhas gerais, pedalada fiscal é a prática do Tesouro Nacional de atrasar intencionalmente o repasse de dinheiro para bancos (públicos e privados) e autarquias, com o objetivo de mostrar para o mercado que as contas públicas estão em dia.

⁵ Considerando-se como referência o mês de janeiro de 2017, momento de publicação do presente artigo.

corruptas anunciadas pelo empresário. Para se manter no governo, após responder por duas acusações encaminhadas contra ele pela Procuradoria Geral da República à Câmara dos Deputados – dentre outras, acusações de pertencimento a organização criminosa, prática de obstrução à justiça, todas elas remetendo ao conteúdo da gravação – Michel Temer lançou mão, mais uma vez, “de sua base parlamentar forte”, aquela mesma que o colocara no poder um ano antes no controverso processo de impeachment, para que tivesse, agora, seu processo arquivado antes de ser submetido à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Deste modo, ele deixava claro para brasileiros e observadores internacionais que, para ser Presidente do Brasil, mais importante do que possuir alguma base de sustentação popular, o fundamental era contar com o apoio dos parlamentares – e que os parlamentares, em sua maioria, prezavam mais pela condução “não-populista” do governo do que por possíveis práticas corruptas que viessem a ser cometidas pelo Presidente. Como desdobramento, a Congresso consolidou sua força como *fidel da balança* e poder todo poderoso da República brasileira dos últimos três anos, destituindo uma Presidenta eleita e referendando, duas vezes, o seu substituto.

O presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, ainda em maio de 2017, declarou com clareza qual deveria ser a agenda para o país nos próximos anos e quais deveriam ser os interlocutores privilegiados do Congresso e da Presidência: “A agenda da Câmara, em sintonia com a do Presidente Michel Temer, tem como foco o mercado, o setor privado”; “A Câmara vai manter a defesa da agenda do mercado”, afirmou, em reunião com empresários no Fórum de Investimentos Brasil 2017 em São Paulo,⁶ em uma plateia que contava com a presença do próprio Temer e do Ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Para ele a legislação trabalhista e as regras da Previdência Social seriam entraves para o desenvolvimento nacional, justamente por limitar as ações do mercado e do poder privado: “Em pouco tempo teremos nova legislação trabalhista e novo sistema de previdência para dar tranquilidade a quem quer investir no Brasil”. Em seguida, garantiu apoio ao Presidente Temer para que as reformas pudessem avançar, a despeito do momento de crise política mais aguda enfrentada por ele, devido às denúncias da Procuradoria Geral da República. Em dezembro de 2016, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55 – a chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos – o Congresso já apresentara sinais claros da prioridade que daria à “tranquilidade dos investidores”. Segundo o texto aprovado pela PEC, os gastos públicos estariam congelados por vinte anos e os investimentos em saúde e educação indexados à taxa de inflação correspondente ao ano – sem considerar a possibilidade de ampliação de investimentos ou, ao menos, que o aumento da demanda por parte da população geraria maiores encargos, independentemente do índice de inflação do ano.⁷ Em outras palavras, a agenda Rodrigo Maia, afinada à proposta *impopular e não populista* de Temer, defende a combinação necessária entre um desenvolvimento nacional voltado para os interesses do mercado e a diminuição do

⁶ AGOSTINE, C.; MENDONÇA, R. Agenda da Câmara é a do mercado, sustenta Rodrigo Maia. *Valor Econômico* (Online). Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4985710/agenda-da-camara-e-do-mercado-sustenta-rodrigo-maia>>. Acesso em: 01 out. 2017.

⁷ O texto completo da PEC 55 está disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 01 out. 2017.

papel do Estado Brasileiro enquanto provedor de direitos sociais mínimos garantidos pela Constituição de 1988. Àquela altura – diferente do ano anterior quando do processo e condenação de Dilma Rousseff – o combate às práticas de corrupção parecia um mal menor, insignificante.

Impermeável aos apelos populares, abarrotado de acusações de corrupção e defensor de um Estado diminuto de responsabilidades e direitos sociais, Temer personifica a imagem do representante político que atua em sentido diametralmente inverso ao desejo de mudança expresso nas ruas durante as Manifestações de 2013. Em junho daquele ano milhares de pessoas foram às ruas de capitais e grandes cidades brasileiras e instauraram um clima de crítica ao funcionamento do modelo democrático representativo brasileiro, entoando diversas bandeiras de luta, dentre as quais: a diminuição das tarifas e melhoria nas condições dos transportes públicos, a ampliação e melhoria de direitos sociais – em especial saúde e educação –, a denúncia do mau emprego do dinheiro público para a realização de grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas – cabe ressaltar que as revoltas ocorreram durante a realização da Copa das Confederações de Futebol da FIFA, prévia dos eventos posteriores – a luta contra a corrupção e indistinação público/privado, a democratização dos meios de comunicação, novos meios de acesso à informação, a denúncia da repressão e violência policial, a radicalização da luta contra o modelo capitalista, dentre outras. Por meio das Manifestações, a população buscava ampliar os canais de participação e interlocução entre governantes e governados para além do contexto eleitoral, expondo os limites impostos pelo modelo democrático-representativo brasileiro instituído desde 1988 e a má condução dos negócios públicos por parte dos representantes em suas práticas políticas.

A chegada e permanência de Temer no poder como uma espécie de *Super Representante* que se dirige de maneira horizontal em relação ao mercado, interesses do capital e ao Parlamento e de maneira vertical em relação ao conjunto da sociedade civil, aumenta o desafio de pensar a singularidade da experiência de junho de 2013. Não se trata, obviamente, de isolar esta experiência dos desdobramentos que levaram à deposição de Dilma e ao fortalecimento do próprio modelo tão questionado desde então. As Jornadas de Junho de 2013 canalizaram a crítica do conjunto da sociedade em relação às práticas políticas do modelo representativo, abrindo caminho para uma crise cujos desdobramentos ainda não são inteiramente conhecidos e cujos significados estão em disputa – e a multiplicidade de pautas favoreceu as disputas pela narrativa mais apropriada capaz de dar conta daqueles acontecimentos. Como um tribunal crítico, expôs o problema e abriu caminho para múltiplos desdobramentos e apropriações políticas, sem oferecer uma direção futura unívoca. Considero, portanto, que os acontecimentos posteriores a 2013 não caminharam na direção exclusiva do governo Temer que, desde 2016, se ampara justamente em valores contrários aos manifestados em 2013; no entanto, devo admitir, há uma vivência da crise política no tempo presente que assombra esta análise.

O presente artigo reconhece a centralidade das Manifestações de Junho de 2013 como um ponto de inflexão para a abertura da crise do modelo democrático-representativo

experimentada ainda hoje. Não se trata de propor uma análise que busque fechar todas as fendas abertas por 2013, o que demandaria muito mais linhas do que disponho aqui. Há muito a avançar em temas como: a disponibilização de um aparato policial repressivo a manifestações políticas de natureza contestadora desde 2013; as diferentes formas de atuação dos movimentos considerando a dinâmica política de cada cidade; as imagens produzidas pela grande imprensa; o papel da internet e das redes sociais; a relação com o contexto internacional e a comparação com cidades que viveram situações semelhantes, isto é, anteriores a grandes eventos esportivos; dentre outras.⁸ O caso aqui é voltar a 2013 para compreender o ambiente e o vocabulário político de formação daquele arsenal crítico, constituído por disputas e apropriações políticas sobre os sentidos de democracia e democracia representativa.

Neste sentido, inicialmente, analiso a historicidade do conceito de democracia e o seu caráter instável e inconcluso ante as circunstâncias históricas de ressignificação para, em seguida, examinar os dilemas e desafios da representação política, acreditando que tanto um (instabilidade/inconclusão) quanto o outro (dilemas/desafios) estão em evidência na crítica produzida por junho de 2013 ao modelo democrático-representativo instituído desde 1988. Levando em conta a expressão nacional que tiveram no mês de junho e tomando São Paulo como epicentro, buscando identificar uma unidade em um conjunto tão diverso, argumento que o que estava em jogo nas Manifestações não era a revisão do pacto constitucional de 88, mas sim a necessidade de mudanças dentro deste mesmo modelo, por meio de um necessário reajuste das práticas políticas dos representantes e do alargamento da dimensão participativa que compõe o modelo democrático vigente. Isso fica expresso nas bandeiras que atravessaram o movimento, isto é, a melhoria dos direitos sociais – notadamente saúde e educação –, entendidas como responsabilidade do Estado, e o ataque ao funcionamento da política nos termos da dinâmica representativa e de suas assimetrias. Um segundo passo argumentativo do artigo, empreendido a partir do exame dos discursos políticos dos atores à época, considera que só é possível compreender junho por meio de suas ambivalências e da distinção de dois tempos: o primeiro canalizado pelo Movimento Passe Livre, centrado no debate sobre o direito ao transporte público e à tarifa zero e, de modo mais amplo, no direito à cidade, mas não somente neles, ou seja, abrindo caminho para uma crítica mais ampla aos rumos do modelo representativo; o segundo, sem um centro organizador tão evidente, disparava reivindicações múltiplas associadas ao combate à corrupção, mas também tematizava a melhoria de direitos sociais como saúde e educação, em claro contraponto aos altos investimentos destinados pelo

⁸ Dentre o material acadêmico disponível sobre o tema é possível destacar: NOBRE, Marcos. *Choque de Democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, n. 97, nov. 2013; MARICATO, Ermínia; et al. *Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013; BUCCI, Eugenia. *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014; RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014. Sobre o tema, recomendo os filmes: *A partir de agora*, de Carlos Pronzato e *Junho - O Mês que Abalou o Brasil*, de João Wainer, ambos disponíveis no website Youtube.

Estado aos grandes eventos esportivos – Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol. Partindo da multiplicidade deste segundo tempo, a grande imprensa tentou desfazer tais ambivalências, oferecendo uma direção narrativa para aquela diversidade, adotando a bandeira do combate à corrupção como *a voz das ruas*, transformando-o em causa e problema urgente a ser solucionado pela democracia brasileira.

1. Democracia como aspiração incompleta, os dilemas da representação e o caso brasileiro

Quanto mais gerais os conceitos, mais partidos podem servir-se deles. São transformados em slogans. Considerada como privilégio, a liberdade pertence àquele que a possui, mas sobre a liberdade em geral qualquer um pode apoiar-se. Surge assim um litígio em torno da verdadeira interpretação política, e mais ainda em torno do correto emprego dos conceitos. A expressão democracia transformou-se em conceito universal de organização, que todas as correntes reivindicam para si de diferentes maneiras.⁹

Para o historiador alemão Reinhart Koselleck, especialista e propagador de uma abordagem histórica dos conceitos políticos, o termo democracia alcançou, desde que adquiriu a sua concepção moderna, tal grau de elasticidade que se tornou objeto de disputas políticas das mais diversas matrizes ideológicas – seja no campo das esquerdas, com a associação da democracia a um regime capaz de garantir a igualdade a partir da equivalência entre produção e distribuição da riqueza, seja no campo das direitas, em que o regime democrático passou a significar a garantia das liberdades individuais, inclusive a de produzir acumulação e multiplicar a propriedade. Democracia pôde ser mobilizada não apenas como regime político, mas também como um adjetivo, na medida em que o democrático ganhou a conotação do defensor da autonomia, da pluralidade, da liberdade enfim, o status de “conceito universal de organização” reivindicado pelas mais diversas correntes de pensamento – afinal, quem se disporia a construir um modelo de organização social pautado, como princípio, na supressão das liberdades?

É o próprio Koselleck que nos explica que tal abrangência e elasticidade, própria ao conceito de democracia, advém de uma forma moderna de apreender os conceitos políticos. Uma forma temporalizada, na medida em que perfurada pelas circunstâncias histórico-sociais de produção, balizada por um tempo presente e que aponta para um devir, isto é, para a possibilidade de mudança no futuro. Deste modo, conceitos temporalizados apostam numa circunscrição temporal presente, mas baseiam-se “apenas parcialmente na experiência”, já que “a expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta”.¹⁰ Koselleck nos explica, ainda, que essa mudança é sintoma de uma abrangência maior no uso dos conceitos políticos para além do círculo da nobreza, dos

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2006, p. 301.

¹⁰ *Ibidem*, p. 297.

eruditos, que conformava a sociedade estamental pré-moderna em uma estrutura linguística hierarquizada. Ou seja, o vocabulário político moderno baseado na Filosofia Política Iluminista e em experiências fundamentais como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, tornou mais abrangente a disseminação daquele novo vocabulário político, incorporando o cidadão comum como interlocutor e potencial enunciador e disseminador de tais valores, fazendo com que as práticas políticas estivessem à disposição de grupos cada vez mais heterogêneos e plurais, logo, capazes de produzir distorções de sentido – distorções não no sentido negativo do termo. “Produziu-se – na França revolucionária isso foi muito rápida – uma batalha em torno dos conceitos; o controle da linguagem se tornou tanto mais urgente quanto maior o número de pessoas precisava ser atingido”;¹¹ “A temporalização, que de início se inscrevia na teoria histórica, a partir de então penetrou fundo na vida cotidiana”.¹² Em suma, a política e a utilização dos conceitos virou território de atuação do homem comum, incorporando, inclusive, suas aspirações de futuro.

Pertencendo ao imaginário político do homem comum e em uma perspectiva temporalizada, o conceito de democracia se torna não só um potencial aglutinador de sonhos de uma vida pública mais justa – dotada de maior liberdade e/ou igualdade – mas assume um caráter essencialmente aberto, vacilante e fadado à indeterminação. As formulações de Pierre Rosanvallon a esse respeito merecem ser mobilizadas.

Com efeito, em função das tensões e das incertezas a ela subjacentes, a democracia constitui o político num campo amplamente aberto. Se há mais de dois séculos ela aparece como princípio organizador incontornável de toda ordem política moderna, o imperativo que traduz esta evidência tem sido sempre tão intenso quanto impreciso. *Por ser fundadora de uma experiência de liberdade, a democracia nunca deixa de constituir uma solução problemática para instituir uma polis de homens livres.* Nela se unem há muito tempo o sonho do bem e a realidade da indeterminação. O que há de particular a essa coexistência, é que não se trata de um ideal longínquo sobre o qual todos estariam de acordo; as divergências acerca de sua definição remetem aos meios empregados para realizá-la.¹³

Para ele, as definições de democracia em termos modernos se mantêm vinculadas a um estado permanente de vir a ser, de um modo que os limites do democrático nunca estão claramente definidos a priori, abrindo margem para a crítica e a complementação dos cidadãos. Daí é que se relaciona a ela um caráter vacilante, instável, pois, nas sociedades democráticas as condições da vida comum nunca estão definidas por uma tradição ou impostas por uma autoridade. A democracia se apresenta, neste sentido, como uma espécie de solução incompleta e problemática para a vida comum, o que leva à produção de certo mal-estar subjacente a sua história, sem jamais “resistir a uma categorização livre de discussões”.¹⁴ Tal característica enseja a uma história de desencantamento e indeterminação fundada nos princípios democráticos: “Tal vacilação constitui o impulso de uma busca e de uma insatisfação que se esforçam simultaneamente por se explicitar. É necessário partir daí para compreender a

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op. cit., p. 300.

¹² *Ibidem*, p. 301.

¹³ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 74. Grifo meu.

¹⁴ *Idem*.

democracia: nela se entrelaçam a história de um desencantamento e a história de uma indeterminação”.¹⁵ Em outras palavras, trata-se de um regime político que reúne as aspirações de participação social do homem comum na vida política, fadada às vacilações e aos desejos de progresso que este homem pode vir a buscar, causando sempre certa sensação de insatisfação que o impulsiona para uma busca de aperfeiçoamento, mas que, de tão infinita, tende a causar frustração.

Rosanvallon nos apresenta ainda dois problemas centrais que constituem a definição de democracia. O primeiro, envolve a ampliação do escopo de compreensão do democrático, espécie de vetor dos interesses sociais, incluindo não só a dimensão política, mas também a econômica. Afinal, o ideal de bem comum, definido por homens comuns, não poderia prescindir de valores associados às práticas do contrato social, de um acordo mínimo sobre mecanismos de distribuição de renda, envolvendo os problemas de solidariedade em geral. Um regime que reivindica um sentido de liberdade e um ideal comum não poderia prescindir de questões mais amplas que envolvam a “igualdade, justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que se constitui a pólis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.”¹⁶ O segundo, relacionado à definição desta entidade abstrata chamada povo.¹⁷ Afinal, como definir um “nós” que abarque uma unidade que admita a pluralidade e o conflito? O sufrágio universal seria uma solução imediata para este impasse, ainda que sem resolvê-lo de todo: através dele poderia ser exercitado um ideal universal de igualdade política que contemplasse dimensões objetiva, racional e despersonalizada.¹⁸ No entanto, ele traria a necessidade da representação. Afinal, como é possível a um conjunto de representantes traduzir em uma unidade comum interesses tão diversos presentes na sociedade? Afinal, como este homem comum, agente da política, poderia dedicar um espaço de tempo de sua vida privada ao exercício de uma vida política direta e sem mediações? Outro problema é em relação a grandes extensões territoriais: como reunir em um mesmo espaço a manifestação das diferenças e antagonismos, próprias à configuração dessa entidade abstrata chamada povo? Diante de Estados cada vez mais populosos, extensos territorialmente, como imaginar um diálogo direto que incorpore os interesses conflituosos de todos os cidadãos?

A solução moderna a todos estes dilemas está na adoção do modelo representativo, incorporando todas as contradições e desafios que ele carrega. Luis Felipe Miguel enumera pelo menos cinco desses desafios.

1. separação entre governantes e governados, isto é, a constatação de que as decisões políticas são tomadas de fato por um grupo pequeno e não pela massa das pessoas que serão submetidas por ela;
2. a formação de uma elite política distanciada da massa da população, como consequência da especialização funcional acima mencionada, sem o princípio da

¹⁵ ROSANVALLON. Pierre. *Por uma história...* Op. cit., p. 75.

¹⁶ *Ibidem*, p. 73.

¹⁷ *Ibidem*, p. 75.

¹⁸ *Idem*.

rotação (governar e ser governado), de modo que o cidadão comum possa ocupar cargos públicos;

3. a ruptura entre a vontade dos governados e a vontade dos representados, que se deve tanto ao fato de que os governantes tendem a possuir características sociais distintas dos governados quanto a mecanismos intrínsecos à diferenciação funcional;

4. no caso da representação de tipo eleitoral, há a distancia entre o momento em que se firmam os compromissos com os constituintes (a campanha eleitoral) e o momento do exercício do poder (o exercício do mandato)

5. As conjunturas políticas são cambiantes e, portanto, os compromissos assumidos hoje podem não ser válidos amanhã, mesmo na ausência de qualquer intenção de manipulação. [...] Verdade, correção e sinceridade não são facilmente avaliáveis quando quem fala se coloca na posição de porta-voz de outros e encontra um mundo diferente sobre o qual deve agir.¹⁹

Atravessando todos estes dilemas da representação está aquele que, de certo modo, condiciona o próprio funcionamento da democracia e do modelo democrático-representativo: o funcionamento da democracia nos termos do modelo capitalista e nos diversos tipos de desigualdade que ele acarreta. Afinal, como equacionar a defesa da igualdade de direitos civis e políticos a um contexto social extramente desigual e estratificado? Isto porque, o modelo representativo e a separação entre governantes e governados incorpora no seio da própria representação a reprodução das assimetrias sociais, principalmente, mas não exclusivamente, aquelas relacionadas à razão de classe, baseada no critério pobreza/riqueza – as questões de gênero e raça são também condicionantes que levam às condições assimétricas na sociedade, notadamente em uma sociedade como a brasileira, marcada pelas heranças da escravidão negra e de um sistema patriarcal. Neste sentido, para Miguel:

Há um ciclo de realimentação, em que os prejudicados pelos padrões de desigualdade têm maior dificuldade de se fazer representar (nos espaços formais e informais de deliberação) e, ao mesmo tempo, sua ausência nos processos decisórios contribui para a reprodução desses padrões. Elementos materiais e simbólicos se combinam para reduzir as possibilidades de ação política dos indivíduos de grupos prejudicados pelas desigualdades.²⁰

O processo eleitoral, de algum modo, equilibra essas diferenças e amplia o conjunto de interlocutores a partir do qual o representante deve se dirigir, obrigando o candidato a expor publicamente seu programa e pactuar com o eleitor comum uma agenda de compromissos. Mesmo em processos eleitorais como o brasileiro, em que o peso dos financiamentos privados a campanhas seja decisivo na disponibilização pública de projetos e no resultado final. Podemos citar como exemplo um caso brasileiro recente, relacionado às eleições de 2014 e seus desdobramentos. Ao debater seu projeto com a sociedade durante as eleições, Dilma Rousseff apresentou um programa de orientação econômica social-desenvolvimentista, com fortalecimento do papel dirigista do Estado na economia e fortalecimento dos bancos públicos. Após a vitória, em seu primeiro dia de mandato, Rousseff nomeia como Ministro da Fazenda Joaquim Levy, representante do modelo econômico inteiramente contrário ao programa disponibilizado pela candidata durante as eleições. Foi o processo eleitoral e o debate público

¹⁹ MIGUEL, Luís Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014, p. 15-17.

²⁰ *Ibidem*, p. 301.

permitido por ele que abriu a possibilidade de que a Presidenta fosse acusada de incoerência, demagogia, traição, dentre outros – ainda que o mandato para o qual ela fora eleita, de quatro anos, permitisse uma estratégia de ajuste e contenção nos primeiros anos e retomada do crescimento econômico nos anos seguintes – como prometido no programa eleitoral. O contrário acontece com Temer que além de ter sido conduzido ao cargo pela força do Parlamento, governa sem qualquer compromisso de coerência com algum programa eleitoral disputado na sociedade.

No entanto, o processo eleitoral também não está imune às assimetrias de classe, gênero e raça que compõem a natureza desequilibrada do modelo capitalista – o que fica evidente na participação diminuta de mulheres, negros e trabalhadores em cargos representativos, tanto no Executivo quanto no Legislativo.²¹ Como nos lembra Miguel “Os tomadores de decisões políticas tem necessidade de introjetar os interesses do capital, garantindo uma situação que incentive a manutenção de taxas elevadas de crescimento econômico”²² e, em momentos como o do Brasil atual pós 2016, o peso do capital e de sua reprodução canaliza os interesses do Estado de tal maneira que permite ao Presidente da Câmara dos Deputados pronunciar claramente que a agenda do Congresso é a agenda do mercado – conforme destaquei na introdução deste texto.

O caso brasileiro convive intensamente com todas essas contradições. A aposta na democracia, conforme estabelecida pelo pacto constitucional de 1988, não está dissociada de uma agenda de manutenção e avanço do modelo capitalista combinada a instituições democrático-representativas fortes, como os partidos políticos, as eleições, o Parlamento e a própria Constituição – instituições extremamente fragilizadas durante o período da Ditadura Militar, espécie de contraponto a partir do qual se fez possível a defesa de um novo regime democrático em 1988. Um texto constitucional que previa a manutenção do direito de propriedade como cláusula pétrea, mas também a manutenção das conquistas dos trabalhadores durante o Vargasismo – Consolidação das Leis Trabalhistas, justiça do trabalho e direito previdenciário – e o lugar do Estado como provedor dos direitos sociais, como a saúde e

²¹ São significativos, neste sentido, os dados sobre mulheres e negros em cargos representativos. De um total de mais de 142 milhões de eleitores, 52,13% pertencem ao sexo feminino e 47,79% ao sexo masculino, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com levantamento da Secretaria de Política para Mulheres, as 7.782 vereadoras brasileiras, contabilizadas recentemente nas eleições de 2016, representam 13,5% do total dos cargos correspondentes nas câmaras municipais. No Congresso Nacional, a representação feminina é aproximadamente a mesma: no Senado, 12 senadoras entre os 81 (14,81%); na Câmara dos Deputados, 50 cadeiras em um universo de 512 parlamentares (9,76%). No Executivo o quadro é ainda pior: apenas 1 governadora entre os 27 estados da federação (3,70%), incluindo o Distrito Federal; enquanto que apenas 11,6% ocupam o cargo de Prefeita. Entre os negros, a situação não é diferente. Mais da metade da população brasileira (54%), segundo dados do último censo do IBGE é composta por pessoas que se autodeclararam negras – grupo que, segundo o Instituto, reúne pretos e pardos. Na Câmara dos Deputados da atual legislatura, que tomou posse em 2014, negros autodeclarados são só 20%; entre os Senadores, 18,5%. No Executivo a situação é a mesma: 6 pardos, em um universo de 27 (22,20%), entre os Governadores de Estado. Os dados disponíveis sobre a representação negra no Congresso estão disponíveis em: MAGALHAES, João C., TALENTO, Aguirre; REVERBEL, Paula. Negros autodeclarados são só 20% dos 513 deputados federais eleitos. *Folha de São Paulo* (Online). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1530993-negros-autodeclarados-sao-so-20-dos-513-deputados-federais-eleitos.shtml>>. Acesso em: 08 out. 2017.

²² MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação...* Op. cit., p. 302.

a educação, além de promotor de políticas de redução das desigualdades sociais. Uma Constituição que fortaleceu o Parlamento como ponto de estabilidade representativa e funcionamento do princípio de que “ninguém governa sozinho”, como se o Legislativo representasse um ponto de equilíbrio democrático, espaço onde seria possível fiscalizar a atuação do Executivo, associando a presença do povo – através das eleições e de mecanismos de participação direta como projetos de lei populares, realização de plebiscitos e referendos – e o fortalecimento da representação, garantindo o convívio, em um mesmo espaço, da diversidade regional e da pluralidade de tendências partidárias, capazes de garantir uma ordem representativa efetivamente diversa.²³ Em suma, estamos tratando de um modelo, cujas práticas políticas tanto estiveram sob a mira da crítica social nas Manifestações de 2013, gestado sob a égide da combinação de valores que, a princípio, seriam incompatíveis, tais como a democracia representativa e a igualdade civil, sob a vigência de um modelo capitalista, fundado no aprofundamento e radicalização de diferenças e assimetrias, baseada em critérios de classe, mas também associados às heranças escravistas e patriarcais da história brasileira.

Estamos tratando de um modelo democrático com forte presença das heranças autoritárias da Ditadura Militar de 1964 e, igualmente, de um modelo de Estado capitalista fortalecido durante este período. Merece ser mobilizada, neste sentido, a pergunta sobre “o que resta da Ditadura”, fio condutor da coletânea organizada por Edson Telles e Vladimir Safatle,²⁴ e não apenas para lembrar a redemocratização como um processo de “reconciliação extorquida”, nos termos de Jeanne Marie Gagnebin,²⁵ assegurada pela desequilibrada Lei de Anistia de 1979, mas, sobretudo, retomar o mote de Paulo Arantes acerca de “1964: o ano que não terminou”. No que se refere às cláusulas sobre as Forças Armadas, policiais militares e segurança pública, a Constituição de 1988 manteve inalteradas as bases da Carta de 1967 – emendada em 69 – elaborada sob a vigência do regime de exceção,²⁶ ou seja, nas palavras de Arantes, “desde 1988 estava consagrada a militarização da segurança pública”.²⁷ Com isso, o Estado mantinha-se habilitado a lançar mão de prerrogativas de exceção – um Estado de emergência permanente – para garantia da ordem pública e manutenção do seu monopólio da violência – abrigando “uma tipologia indefinidamente elástica de urgências pedindo intervenções ditas ‘cirúrgicas’ regidas pela lógica do excesso”.²⁸ Ao mesmo tempo, destaca Arantes, a Lei de Responsabilidade Fiscal – sancionada no ano 2000 por Fernando Henrique Cardoso – a serviço do pagamento da dívida pública e do cumprimento de um programa de

²³ A esse respeito ver: PINHA, Daniel. Projetos de democracia em dissolução no Brasil desde 2016. In: GUIMARÃES, Géssica (org.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 217-248.

²⁴ TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

²⁵ A esse respeito ver: GAGNEBIN, Jeanne M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.

²⁶ ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 212.

²⁷ *Ibidem*, p. 213.

²⁸ *Ibidem*, p. 225.

ortodoxia econômica – que “arremata um processo iniciado pela Ditadura nos anos 1970”²⁹ – faz do Estado sócio e fiador das grandes empresas privadas, pronto a socorrer o capital em seus momentos de crise e em suas contingências, por meio da aprovação de pacotes econômicos e emendas constitucionais *de emergência* voltados aos interesses dos entes privados. Visto por este prisma, o regime democrático-representativo fundado a partir de 88, e reconfigurado ao longo da década de 1990, assegura a cristalização de um “Estado Oligárquico de Direito”, forte no exercício da violência contra os pobres e nas garantias civis às “classes confortáveis” e fraco diante do poder do grande capital:

Olhando, todavia, a um só tempo, para a base e o vértice da pirâmide, seria mais apropriado registrar a cristalização de um Estado oligárquico de Direito. Porém, assim especificando: um regime jurídico-político caracterizado pela ampla latitude liberal-constitucional em que se movem as classes confortáveis, por um lado, enquanto sua face voltada para a ralé, que o recuo da maré ditatorial deixou na praia da ordem econômica que ela destravou de vez, se distingue pela intensificação de um tratamento paternalista-punitivo.³⁰

Estamos falando também de um modelo democrático-representativo cujas práticas políticas estão assentadas no peemedebismo e na blindagem do sistema político brasileiro a partir do qual ele se construiu – e aqui a referência direta é aos trabalhos de Marcos Nobre.³¹ Nos termos de Nobre, esta blindagem se inicia ainda na década de 1980, em meio ao processo de redemocratização brasileira, quando o PMDB liderou uma coalizão de partidos e forças antiditatoriais, mantendo sob o seu controle a transição, de modo que a passagem da Ditadura para a Democracia não ocorresse fora dos domínios desses grupos. Isto é, que não se extrapolasse o sentido democrático do novo regime na direção de reformas sociais mais amplas – tais como a reforma agrária, urbana, tributária, dentre outras – que pudessem alargar, ainda na década de 80, o potencial transformador da democracia, mantendo inalteradas as estruturas do regime capitalista, e sem que houvesse uma efetiva ruptura em relação às heranças da Ditadura Militar – por exemplo, de modo que não houvesse, já em 1988, a revisão da Lei de Anistia. O peemedebismo se empenhou em abafar, por exemplo, os anseios populares de mudanças mais profundas durante as “Diretas Já” em 84 – que pediam mais do que as eleições diretas para presidente da República – e que ansiavam por maior participação na Constituinte de 1987 – contrários aos apelos por uma Assembleia Constituinte exclusiva.³² Na década de 1990 o processo de impeachment de Fernando Collor acabou por fortalecer o peemedebismo e a blindagem do sistema político pois, a despeito das manifestações populares pelo Fora Collor em 1992, a queda do presidente foi atribuída ao seu isolamento e à ausência de uma base sólida de sustentação no Parlamento. A entrada de Lula na presidência, em 2003, significaria, a princípio, um passo para o enfraquecimento deste sistema, levando em conta a posição do Partido dos Trabalhadores enquanto opositor e

²⁹ ARANTES, Paulo. 1964, o ano... *Op. cit.*, p. 221.

³⁰ *Ibidem*, p. 216.

³¹ Especialmente em: NOBRE, Marcos. *Choque de Democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

³² *Ibidem*, p. 11.

denunciante do peemedebismo enquanto atuava como partido da oposição. No entanto, no governo e tendo em vista a necessidade de construir grandes maiorias parlamentares para a consecução de seu programa de reformas, o governo Lula aderiu e fortaleceu este modelo, principalmente após o ano de 2005, quando teve de conviver com o escândalo do mensalão que tanto desgastou o seu governo. A este caminho traçado por Nobre, acrescento: a chegada de Michel Temer na presidência é a chegada do peemedebismo ao controle do Poder Executivo, ampliando a sua esfera de atuação para além do Legislativo e das câmaras municipais, os mecanismos da blindagem representativa.

As Manifestações de 2013, vistas em conjunto, trouxeram à tona a crítica da sociedade civil às práticas políticas que conformaram esse modelo, que gradativamente vinha dilatando as atribuições da representação política, a ponto de constituir uma blindagem que beirava à autonomização do sistema político. Expressaram o descontentamento e a insatisfação da sociedade civil ante aos rumos tomados pelo modelo brasileiro, trazendo à tona o grau instável e vacilante próprio ao conceito moderno de democracia e em sua historicidade – atualizada e circunscrita antes às condições históricas do tempo presente e aberta à possibilidade de disparar novos futuros. Revelam a necessidade do cidadão comum em intervir diretamente nos rumos da política, empregando conceitos e valores associados ao que entendem por uma *verdadeira ordem democrática*, a partir dos dilemas que afetam a este homem comum, especialmente ao habitante da cidade – transporte público, direito à cidade, violência policial, necessidade de melhoria e ampliação dos direitos sociais. Ao mesmo tempo, as Manifestações expuseram os dilemas do programa de 1988, configurado a partir de heranças autoritárias da Ditadura Militar de 64 – a repressão e violência policial às manifestações é sintomática neste sentido – e fundado na combinação entre desigualdade estrutural do capitalismo (e suas assimetrias) e conformação de um Estado aspirante a provedor de direitos sociais e de políticas de redução da desigualdade. Ou seja, neste sentido, o desejo de aprofundamento da democracia, evidenciado em 2013, parte dessas lacunas e daquilo que o projeto democrático havia prometido enquanto expectativa desde a redemocratização.

2. As ambivalências de junho de 2013 e a conformação de um ambiente de crítica

2.1 Primeiro tempo: o papel catalizador do Movimento Passe Livre

O Movimento Passe Livre (MPL) foi às ruas contra o aumento da tarifa. A manifestação de hoje faz parte dessa luta: além da comemoração da vitória popular da revogação, reafirmamos que lutar não é crime e demonstramos apoio às mobilizações de outras cidades. Contudo, no ato de hoje presenciamos episódios isolados e lamentáveis de violência contra a participação de diversos grupos.

O MPL luta por um transporte verdadeiramente público, que sirva às necessidades da população e não ao lucro dos empresários. Assim, nos

colocamos ao lado de todos que lutam por um mundo para os de baixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima. Essa é uma defesa histórica das organizações de esquerda, e é dessa história que o MPL faz parte e é fruto. O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos. Toda força para quem luta por uma vida sem catracas.³³

O texto acima foi divulgado nos principais meios de comunicação do Brasil, reproduzido em telejornais, rádios, jornais e websites de todo o país logo após a passeata do dia 20 de junho de 2013. Trata-se de uma nota pública do Movimento Passe Livre, movimento social que desde o dia 2 daquele mês organizava passeatas por grandes cidades, reivindicando a suspensão do aumento das tarifas de ônibus e levando a frente uma proposta de tarifa zero para o transporte público urbano. No dia 21 de junho, Douglas Beloni, militante da organização, afirmou em entrevista à rádio CBN: "O MPL não vai convocar novas manifestações. Houve uma hostilidade com relação a outros partidos por parte de manifestantes, e esses outros partidos estavam desde o início compondo a luta contra o aumento e pela revogação".³⁴ O ato do dia 20 representa um ponto de inflexão na onda de mobilizações que tomou conta do país em junho. Neste dia, em Brasília, 35 mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios,³⁵ no Rio de Janeiro 300 mil pessoas foram às ruas, em Vitória, São Paulo e Manaus, 100 mil.³⁶ A nota do MPL é clara quanto ao receio de que a multiplicação das pautas tivesse se modificado a ponto de produzir resultados políticos diversos daqueles que haviam sido planejados pelo movimento, como, por exemplo, o ataque a causas e partidos políticos de esquerda. Afinal, o MPL não era novo na rua; a novidade era a quantidade de gente que ele conseguia reunir naquele mês de junho.

O lema "por uma vida sem catracas" sintetizava o sentido da atuação política do MPL. Salvador, em 2003, com a chamada Revolta do Buzu, e Florianópolis em 2004, com a Revolta da Catraca, já haviam recebido protestos e manifestações por redução da tarifa e passe livre de transportes públicos.³⁷ No ano seguinte, o MPL foi criado durante Fórum Social Mundial de Porto Alegre, formado por uma rede federativa de coletivos locais. Na carta de princípios do MPL, revisada em 2013, o movimento se define como "horizontal, autônomo, independente, não partidário, mas não antipartidos" – pontos que retornam na nota pública do dia 20 de

³³ A nota foi postada na página oficial da organização no Facebook à época e reproduzida na íntegra na reportagem: MPL diz que não convocará novos protestos em São Paulo. *O Globo* (Online). Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-diz-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 8 out. 2017.

³⁴ Movimento passe livre diz que não fará mais atos. *Carta Capital* (Online). Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-passe-livre-diz-que-nao-fara-mais-atos-1244.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

³⁵ PASSARINHO, Nathalia. Manifestação em Brasília tem 3 presos e mais de 120 feridos. *Portal G1* (Online). Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestacao-em-brasilia-tem-3-presos-e-mais-de-120-feridos.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

³⁶ Mapa dos protestos – Infográfico. *Portal G1* (Online). Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

³⁷ MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, Ermínia; et al. Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 14-15.

junho. A diferença entre “não partidário” e “antipartidário” define uma identidade que não se coloca de maneira avessa a toda e qualquer forma de fazer política praticada por partidos e movimentos sociais até então – mesmo porque partidos políticos com ideologia e projetos políticos comuns ao MPL engrossavam e eram bem-vindos às manifestações do movimento. Ainda assim, eles propunham uma inovação em relação às práticas políticas representativas mais tradicionais, defendendo a horizontalidade na tomada de decisões, afastando-se das estruturas políticas com caráter centralizador e hierarquizado. De acordo com Michel Lowi, o perfil político dos militantes do MPL era bem variado: “De sensibilidade anticapitalista libertária, os ativistas têm diferentes origens políticas: trotskistas, anarquistas, altermundialistas, neozapatistas; com uma pontinha de humor, alguns se definem como “anarcomarxistas punks”.³⁸

Na carta de princípios da organização, ficava claro que a luta pelo transporte público não teria um fim em si mesma, mas era o caminho para a construção de uma outra sociedade – avessa ao capitalismo, mas sem reivindicar as heranças de experiências socialistas da União Soviética, China ou de países da América Latina. Ao mesmo tempo, buscavam pautar suas ações em agendas que mobilizassem questões concretas ao habitante da cidade, revelando claro propósito em expandir aqueles valores ao homem comum, ou seja, aquele que convive cotidianamente com a exploração e as contradições do modelo capitalista. Como desdobramento, a organização defendia um modelo horizontal e descentralizado nas decisões. Ou seja, no cerne da carta de princípios do MPL está a defesa de uma alternativa não só ao modelo capitalista, mas à própria ordem democrático-representativa instituída nos Partidos, no Parlamento e, também, em Sindicatos e movimentos sociais que operassem por esta lógica. São sintomáticos, neste sentido, os trechos extraídos da carta de princípios do MPL:

por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob o controle público (dos trabalhadores e usuários); deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente; A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas; deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local; O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, [...] nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização.³⁹

Em suma, as diretrizes do MPL combinavam a defesa da superação estrutural do modelo capitalista, a mobilização em torno do transporte público como mote para mobilização de trabalhadores e alcance de conquistas concretas e imediatas, e um modelo de atuação que privilegiasse o trabalho de base em associações de bairros, comunidades das periferias, favelas e afins. Isto é, considera-se a cidade não só o *locus* das contradições mais evidentes

³⁸ LOWI, Michel. O movimento passe Livre. *Blog da Boitempo* (Online). Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

³⁹ Carta de princípios do Movimento Passe Livre. Disponível em: <<http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

do sistema, mas o local privilegiado de atuação na vida pública, onde os sujeitos pudessem exercitar a sua vida política a partir da mobilização em favor de causas materiais imediatas.

Ainda que, por princípio, o horizonte da luta política do MPL almejasse um objetivo maior do que a redução do preço das passagens, o modo como a organização respondeu ao crescimento das mobilizações de junho foi no sentido de limitar as ações do movimento, circunscrevendo o seu espaço de atuação ao problema imediato da tarifa. Havia o receio de que os atos, inicialmente convocados pelo MPL, fossem apropriados, naquele momento, por grupos políticos com orientação ideológica avessa às suas. Entrevistados na edição de 17 de junho do programa *Roda Viva* da TV Cultura⁴⁰ – portanto, antes da nota pública que anunciava a retirada do Movimento da organização de novos atos – Nina Copelo e Lucas de Oliveira, representantes do MPL, se pronunciavam nessa direção, isto é, buscando circunscrever os limites da atuação e da tática da negociação com os governantes, visando a um objetivo bem claro. Em um dado momento da entrevista, o jornalista Mário Sergio Conte inicia uma pergunta fazendo um panorama do movimento até então: “Centenas de manifestações, centenas de milhares de manifestantes, só hoje foram manifestações em 40 cidades, 11 capitais, tentativa de invasão da Assembleia Legislativa do Rio, do Congresso Nacional, movimento crescendo. O que acontece agora? O que vocês vão fazer?” A resposta de Nina Copelo não poderia ser mais precisa: “A reivindicação era bem clara, estamos na rua pedindo a revogação do aumento, o próximo passo cabe à Prefeitura dar, que é revogar esse aumento e voltar o valor da tarifa para 3 reais.” Em seguida, ela sentencia: “quem decide pela continuidade da manifestação é o governo. Vamos permanecer na rua caso ele não revogue. Depende do governo do Estado e da Prefeitura, eles decidem se a manifestação continua ou não”, afirma Copelo, como se estivesse em meio à negociação de uma atividade grevista com uma agenda de reivindicações bem delimitada.

Movidos pela necessidade de mostrar para a sociedade a viabilidade de seu programa de tarifa zero para as cidades, os representantes do MPL mobilizavam um vocabulário político que incluía a adoção de conceitos que dialogavam com as referências do pacto constitucional de 1988, balizado pela noção de direitos, cidadania e democracia. A tarifa zero era apresentada como uma questão necessária, viável e urgente. Neste sentido, não se tratava de esperar a eclosão de um movimento revolucionário à esquerda capaz de concretizar a realização do passe livre; há condições concretas dele acontecer imediatamente, dependendo, sobretudo, da vontade política dos governantes para inversão de prioridades no orçamento dos municípios. A linha argumentativa de Lucas Oliveira, ainda na entrevista ao programa *Roda Viva*, avança por este caminho: “de modo mais amplo, uma vez que o transporte é essencial para garantir outros direitos, para as pessoas se apropriarem da cidade, ele não deveria ser pago mediante tarifa; “É uma decisão política aumentar a tarifa, como é uma decisão política a existência dela.” Ele embasa sua proposição em pesquisa do IPEA, apontando que os governos já investem doze vezes mais em transporte privado que em transporte público. Em seguida,

⁴⁰ Entrevista no programa *Roda Viva* da TV Cultura está disponível no website *Youtube*, na íntegra, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY&t=1976s>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

sustenta que o direito ao transporte é tão necessário quanto o direito social à saúde – destacando o quanto o passe livre traria benefícios diretos à economia das cidades, ampliando o PIB e aumentando a arrecadação por meio da melhoria da mobilidade urbana. Ou seja, ele se vale de instrumentos já existentes e previstos na Constituição para provar que sua proposta se sustenta.

Na seção da Câmara dos Deputados de 9 de julho de 2013, já após o grande ciclo de mobilizações de junho, o MPL foi convidado a participar de um debate sobre o transporte público. O discurso proferido por Lucas de Oliveira manteve a mesma tônica de aparições anteriores: defesa da ampliação do debate sobre a redução da tarifa e do transporte público como pauta necessária, viável e urgente, que levaria à transformação material imediata da vida dos trabalhadores da cidade, ponto de partida para ampliar a mobilização sobre o direito à cidade e a participação direta dos cidadãos na gestão pública das cidades.

Que cidade a gente quer construir? Que transporte a gente quer gerir? Como a gente quer que essa cidade seja organizada? Essa é a discussão que está sendo organizada e não outra. É isso que clamam as vozes das ruas. É isso que está sendo discutido por todo o Brasil. Foi um momento em que a população interferiu diretamente nessa gestão política dos transportes.⁴¹

Nos termos de Lucas, a tarifa zero é o primeiro passo para que o trabalhador tenha acesso à riqueza que produz, garantindo o deslocamento e o acesso aos mais diversos direitos. Considerando que “o poder público precisa entender o transporte como direito social”, o representante do MPL combina essa agenda à ampliação da participação e da democracia direta, sem, contudo, sugerir a explosão completa dos mecanismos formais de representação política. A estratégia discursiva, portanto, abrange o alargamento da compreensão de cidadania e democracia, nos termos da inclusão decisiva da dinâmica participativa, ao alcance de qualquer um, do homem comum que vive a experiência urbana e a exploração do capital. Em junho, o tom foi pragmático e contido às circunstâncias, considerando o risco da despolitização ou de uma guinada em favor de propósitos inversos à luta ideológica contrária ao capitalismo.

2.2 Segundo tempo: a inflexão do dia 20 e a multiplicação das pautas

Os atos de 20 de junho configuram, de fato, uma mudança de rumos nas Manifestações – e a nota pública do Movimento Passe Livre é a maior evidência disso. Isso não significa dizer que até então as ruas já não estivessem repletas de manifestantes com pautas, objetivos e matizes ideológicos diversos. Três dias antes, no dia 17, em ato ainda convocado pelo MPL, que reuniu aproximadamente 65 mil pessoas, o Instituto Datafolha realizou pesquisa em São Paulo que apresentou os seguintes resultados: 71% dos entrevistados declarou que participava pela primeira vez da onda de protestos de junho; dentre os motivos que os levaram ao protesto, 56% disseram que era pela queda da tarifa, 40% declarou que estava no evento

⁴¹ Discurso na Câmara dos Deputados disponível, na íntegra, no website *Youtube*, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zbwgkjxrk4>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

para protestar contra a corrupção, 31% contra a repressão policial e 27% pela melhoria na qualidade dos transportes públicos – nesta pesquisa os entrevistados podiam mencionar mais de um motivo. Destaca-se também os meios de divulgação a partir dos quais os manifestantes obtiveram informações sobre a Manifestações: 93% responderam que foram as redes sociais e, dentre eles, 81% atribuíram ao Facebook como principal meio de divulgação e reunião de informações sobre o evento.⁴²

Entretanto, depois do dia 20, sem que o MPL realizasse a convocação e apontasse uma linha de atuação mínima, a agenda cresceu na mesma proporção em que cresceram a quantidade de manifestantes. De milhares, as contas de gente na rua passaram a centenas de milhares, nos termos de Lincoln Secco: “Concomitantemente à mudança ideológica e a fragmentação da pauta de reivindicações, ocorreu uma interiorização dos protestos, seguida pelo seu espalhamento”.⁴³ De acordo com o levantamento do autor, em 20 de junho o movimento alcançou 140 cidades, 90 no dia 21 e 100 em 22 de junho.⁴⁴ Decerto que a abertura de um evento internacional – 15 de junho – que demandava tanta atenção das autoridades e gastos públicos, caso da Copa das Confederações de futebol da FIFA, evento preparatório para a Copa do Mundo a ser realizada no ano seguinte, impulsionava uma indignação coletiva: “não é só pelos 20 centavos”, “queremos escolas e hospitais no padrão FIFA” diziam os cartazes de manifestantes, registrados por câmeras da grande imprensa e da mídia alternativa, assim como a violência cometida contra jornalistas que cobriam as passeatas.⁴⁵ A repressão policial fez crescer, ao longo dos atos, a sensação de que o direito à livre manifestação política precisava ser garantido, tornando-se ele mesmo uma bandeira.

Depois do dia 20, havia a ausência de um interlocutor claro, como era o MPL, e de uma agenda concreta que canalizasse as insatisfações, caso do transporte público, mas não se pode dizer que faltassem pautas de reivindicações, ainda que os meios e as estratégias para alcance desses objetivos não tivessem a mesma clareza e a mesma organização expressa pelo Movimento Passe Livre. André Singer destaca que o movimento se fragmentara de tal maneira que passeatas no dia 22 ocorreram concomitantemente em cidades diferentes e com objetivos diferentes – em São Paulo, contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, que limitava o poder de atuação do Ministério Público Federal, e em Belo Horizonte, no mesmo horário, contra os altos gastos para a Copa do Mundo, durante o jogo entre Japão e México.⁴⁶ Em geral, as reivindicações eram por ajustes no modelo democrático representativo e mudanças nas práticas políticas dos governantes, seja pela melhor gestão dos recursos públicos e na qualidade dos serviços oferecidos à população seja no combate à corrupção. Pautas que, ao

⁴² Pesquisa do Instituto Datafolha. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

⁴³ SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: MARICATO, Ermínia; *et al.* *Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 76.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 77.

⁴⁵ Não são só vinte centavos, dizem manifestantes na Avenida Paulista. *Folha de São Paulo* (online). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

⁴⁶ SINGER, André. Brasil, junho de... *Op. cit.*, p. 26.

fim e ao cabo, convidavam os representantes políticos de todas as instâncias governamentais a cumprirem o pacto constitucional de 1988.

Uma pesquisa realizada pelo Ibope durante as passeatas de 20 de junho, em sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília,⁴⁷ indagou aos manifestantes sobre os motivos que os levaram às ruas, e eles responderam da seguinte maneira, quando tiveram que apresentar apenas uma opção que designasse o *motivo principal*: 37,6 % pelo transporte público, sendo que destes, 27,8% mencionaram a queda da tarifa como motivo principal, deixando em segundo plano pontos como a melhoria do sistema, aumento da frota, o passe livre estudantil dentre outros; 29,9 % responderam que estavam ali para protestar contra o ambiente político como um todo, sendo que destes, 24,2% contra a corrupção/desvios de dinheiro público, considerando secundários motivos como a necessidade de mudança ou a insatisfação com algum político especificamente. Cabe ressaltar que o nome do Senador Renan Calheiros, presidente do Senado, foi mencionado na entrevista e citado por apenas 0,1% destes manifestantes. Por melhorias no sistema de saúde responderam 12,1% do total; 5,5%, contra a PEC 37; 5,3% por educação; e pelos gastos da Copa do Mundo/Copa das Confederações responderam 4,5%. Ao serem perguntados por *três razões* que os levaram aos protestos, o resultado foi diferente: 65% mencionaram o ambiente político como um todo, destes, 49% contra a corrupção/desvios de dinheiro público – apenas 0,8% apontaram a queda de Renan Calheiros; 53,7% pelo transporte público, destes, 40,5% contra o aumento/a favor da redução da tarifa; 36,7 % por melhorias no sistema de saúde; 30,9% contra os gastos com a Copa do Mundo/Copa das Confederações; 11,9% contra a PEC 37. Esta pesquisa revela a força da mobilização do Movimento Passe Livre, ainda no dia 20, capaz de trazer para primeiro plano o debate sobre transporte público/ redução da tarifa. Ao mesmo tempo, nos apresenta a multiplicação das pautas em outras direções, por questões que não alçariam ganhos concretos e imediatos em um curto espaço de tempo. A mudança generalizada do ambiente político não aparece como motivo principal, mas quando a pergunta se abre para a menção a três fatores de mobilização, ela ganha força e assume a liderança, demonstrando que essa era uma causa que afetava a maioria dos manifestantes. Contudo, eles não identificavam ainda na derrubada da PEC37, que diminuía os poderes do Ministério Público para a investigação de crimes contra a corrupção, como uma medida capaz de canalizar a insatisfação e alcançar algum ganho concreto e imediato.

Ainda na mesma pesquisa Ibope, cabe ressaltar, não havia direcionamento específico a nenhum político ou partido: Renan Calheiros conseguiu, de algum modo, personificar uma imagem antagônica à PEC 37, mas mesmo assim foi citado por apenas 0,8% quando os manifestantes podiam apresentar três causas para os protestos; Marco Feliciano, Deputado Federal de uma ala conservadora favorável a projetos como a “Cura Gay”, teve números um pouco maiores, apontado por 0,4% (causa principal) e 1,8% (possibilidade de apontar três

⁴⁷ Veja pesquisa completa do Ibope sobre manifestantes. *Portal G1* (online). Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

causas). No caso específico da Presidenta Dilma Rousseff, ainda que a onda de manifestações do mês de junho tivesse causado uma diminuição da popularidade em 27 pontos,⁴⁸ a sua queda não aparecia como uma possibilidade concreta no horizonte dos manifestantes, ainda que ela fosse a Chefe do Estado e pudesse responder como a representante máxima daquele sistema político. De acordo com a pesquisa Datafolha, divulgada em 29 de junho: 30% dos brasileiros avaliavam a gestão Dilma como boa/ótima, 43% como regular e 25% como ruim ou péssimo e 2% não opinaram – ou seja, 75% dos entrevistados não reprovavam deliberadamente o governo Dilma, mesmo depois de toda a onda de manifestações de junho. Este é um dado importante de ser destacado no sentido de compreender uma diferença central entre as Manifestações de Junho de 2013 e os Atos pelo “Fora Dilma” que se organizaram nos anos de 2015 e 2016, criando um ambiente inteiramente favorável para a sua queda.

O efeito provocado pelas convocações do MPL às ruas tornou-se maior pelas circunstâncias em que ele foi gerado, em um momento de abertura de expectativas construída em torno de grandes eventos esportivos de expressão nacional e, ao mesmo tempo, frustração coletiva ante os rumos do modelo democrático representativo e das práticas dos políticos profissionais na condução dos negócios públicos. Se a agenda do Movimento Passe Livre já estava nas ruas desde antes daquele mês de junho, encontrando ali um momento de ápice, a relação do cidadão comum – não organizado em partidos políticos e/ou movimentos sociais – com os caminhos da representação também já acumulara longo desgaste.⁴⁹

2.3 A grande imprensa e a imposição de uma narrativa aos acontecimentos

Sem a existência de uma organização capaz não só de convocar, mas também de orientar as ações e oferecer um quadro de referências adequado às múltiplas pautas e aspirações, a grande imprensa tentou, ela mesma, oferecer uma narrativa para os acontecimentos e, por conseqüência, se apropriar deles e conformar seus rumos. Como propõe Lincoln Secco:

Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A internet é *também* um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela inteligência dos governos.⁵⁰

Ainda que o uso do espaço virtual tenha crescido potencialmente como espaço de organização, disseminação dos atos e elaboração de narrativas sobre os acontecimentos, fosse por meio de redes sociais como o Facebook ou sites/ blogs de mídia alternativa – como a Mídia Ninja que, *in loco*, cobria os acontecimentos com câmeras de celulares nas mãos e fazendo transmissões ao vivo pela internet – a intervenção e adesão dos grupos corporativos que

⁴⁸ Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. *Folha de São Paulo* (online). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

⁴⁹ A esse respeito ver NOBRE, Marcos. *Op. Cit.*, 2013.

⁵⁰ SECCO, Lincoln. *Op. Cit.*, p. 72-73.

controlam os grandes meios de comunicação de massa foi determinante, não só para a construção de uma narrativa unificada como para o próprio rumo dos acontecimentos, especialmente nisto que podemos chamar de *segundo tempo de junho*. Sem um movimento social capaz de canalizar as múltiplas aspirações – espaço ocupado pelo MPL no primeiro tempo das manifestações – impulsionando uma ação viável, urgente e necessária – caso dos transportes – o tribunal crítico tornou-se mais amplo, contudo, sob o risco de pulverização e múltiplas formas de apropriação. Provida de meios mais potentes de multiplicação das ideias, a grande mídia construiu uma narrativa própria tentando determinar um sentido e uma direção para os acontecimentos.

A análise do vocabulário mobilizado na grande imprensa e suas formas de dar sentido aos acontecimentos de junho nos abre um importante caminho para compreender o que estou chamando de dimensão crítica aberta por 2013. Vale a pena, neste sentido, realizar uma breve análise da cobertura de jornais de grande circulação em meio impresso e digital, com impacto regional e nacional, casos da *Folha de São Paulo* e d' *O Globo*. Ainda que as passeatas tenham se iniciado no dia 6, somente em 12 de junho, um dia após a terceira grande manifestação em São Paulo, a *Folha*⁵¹ dedicou o espaço principal da primeira página à cobertura do evento e o conteúdo da manchete não poderia ser mais claro: "Contra tarifa, manifestantes vandalizam Centro e Paulista". Nos dias seguintes seguia-se o mesmo roteiro: 13 de junho, "Governo de São Paulo diz que será mais duro contra o vandalismo"; 14 de junho, "Polícia reage com violência a protesto e São Paulo vive noite de caos"; 15 de junho, "Alckmin defende PM e diz que protesto tem um viés político", até que, no dia 16, dia seguinte à estréia da seleção brasileira na Copa das Confederações, há a associação das marchas com a competição esportiva, ampliando a narrativa para uma dimensão nacional: "Estréia do Brasil tem vaia a Dilma, feridos e presos". Há clara opção pela estigmatização do manifestante como vândalo e criminoso, colocando-o contra os interesses mais amplos da sociedade. Não por caso, intitula-se "Guerra da Tarifa – São Paulo vive cenário de guerra durante protestos contra o aumento da passagem de ônibus" a série de reportagens organizada pelo jornal na edição do domingo. Por outro lado, a polícia aparece em posição reativa, agindo com violência para a garantia da ordem, e nisto o jornal é afinado ao que defende o Governador Geraldo Alckmin.

Na semana seguinte, iniciada em 17 de junho, fica clara a mudança de tom, associada à mudança no perfil do manifestante, a nacionalização do movimento e a ampliação das reivindicações, para além da redução das tarifas: 18 de junho, manchete de capa, "Milhares vão às ruas 'contra tudo': grupos atingem palácios"; 20 de junho "Protestos de rua derrubam tarifas". Em 19 o jornal pede maior repressão policial contra os manifestantes: "Ato em São Paulo tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a reagir", enquanto que no dia 21 o destaque ainda é a violência, mas sem atribuí-la aos manifestantes: "Protestos violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião". Na edição de domingo, dia 23, quando o periódico traz um balanço da semana, já é possível identificar uma narrativa mais complacente

⁵¹ Todas as reportagens citadas aqui estão disponíveis em *Folha de São Paulo* (Online).

em relação aos manifestantes, não só levando em conta a inflexão do dia 20, mas repercutindo a pesquisa realizada pelo instituto Datafolha: “Maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas”. Decerto que manter a linha editorial de criminalização dos manifestantes poderia ser uma má estratégia, quando a maioria dos paulistanos se diz a favor do movimento; é o próprio leitor do jornal que pode estar sendo atingido.

Na terceira semana, a partir do dia 24, o foco se modifica, das manifestações nas ruas para a respostas do mundo político, em um momento em que os atos alcançam uma agenda nacional – segundo tempo das manifestações – pondo em voga o combate à corrupção, destinação de recursos à saúde e educação e as reformas no sistema político: 24 de junho, “Dilma inicia pela saúde plano para estancar atos”; 25 de junho, “Dilma sugere plebiscito para reformar a política”; 26 de junho, “Câmara derruba PEC 37 e destina royalties para educação e saúde”; 27 de junho, “STF manda prender deputado, e Senado endurece pena de corrupto”; 28 de junho, “Planalto defende plebiscito conciso sobre reforma”. Nos três dias seguintes, a *Folha* divulga pesquisas de opinião que mostram a queda da popularidade de governantes do Partido dos Trabalhadores, no caso, a Presidenta e o Prefeito: 29 de junho, “Aprovação a Dilma despenca de 57% a 30% em 3 semanas”; 30 de junho, “Dilma não venceria no primeiro turno; Marina e Barbosa sobem”; e 1 de julho, “Popularidade de Haddad cai; 40% rejeitam Haddad”. A menção ao nome do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, como presidenciável, ainda que não tivesse cargo eletivo ou sequer tenha concorrido a um, é reveladora da força que a pauta da corrupção adquire para a imprensa neste segundo tempo de junho – basta lembrarmos que Barbosa representa a imagem do combate à corrupção, por ser o juiz que comandou o julgamento do processo do chamado “mensalão”, condenando uma série de políticos.

No jornal *O Globo*,⁵² com ampla circulação impressa principalmente no Rio de Janeiro e alcance nacional por meio digital, a narrativa é bem parecida com a apresentada pela *Folha*. Em 12 de junho, a edição ainda não dedica o espaço da capa do jornal, mas lança reportagens no corpo do periódico a partir das manchetes: “A marcha da insensatez” e “Vandalismo sem causa” – Manifestantes atiram pedras em igrejas e no CCBB durante ato contra aumento de passagens”, ou seja, estigmatizando a prática da manifestação como gesto de violência. Somente na edição de 14 de junho, as revoltas ocupam a manchete principal da capa, evidenciando, ainda, a dimensão regional dos protestos: “Confronto se agrava em São Paulo, com mais prisões e feridos”; “No Rio de Janeiro, protesto no centro começou pacífico, mas terminou com violência; estudantes picharam muros de prédios tombados, atearam fogo em latas de lixo e quebraram vidros de agências bancárias”. No dia seguinte, o jornal dedica grande espaço à violência cometida contra jornalistas que cobriam as manifestações, em reportagens como “Associações de jornalistas condenam atuação da PM”, “Fotógrafo baleado no olho por policial pode perder a visão”, “Nas redes, os flagrantes da violência policial em São Paulo”.

⁵² Todas as reportagens citadas aqui estão disponíveis em *O Globo* (online).

No entanto, a verdadeira virada na cobertura jornalística do *O Globo* se inicia em 18 de junho, quando a capa estampa a manchete principal: "O Brasil nas ruas". Se antes a série jornalista que cobria dia a dia das manifestações era chamada de "Tensão urbana", passa, desde o dia 18, a receber o nome de "Um país que se mexe". No corpo da edição de 18 de junho, a adesão do jornal às manifestações fica ainda mais clara: "Multidões em marcha", "Primavera carioca leva multidão de manifestantes ao Centro", "Violência no fim de um protesto pacífico", "Protestar, ato que reúne diferentes tribos", dentre outras. Em 19, o jornal deixa ainda mais claro a dicotomia que distingue a ação de manifestantes, entre aqueles que defendiam causas justas (de maneira pacífica) e outros que agiam como vândalos: "Em mais um dia de protestos, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo". Na semana seguinte, o jornal carioca cumpriu o mesmo programa da *Folha*, destacando as reações do mundo político e a dimensão nacional das manifestações: 22 de junho, "Dilma propõe pacto político e chama líderes de protestos", 25 de junho, "Dilma propõe Constituinte e cria polêmica com Congresso e STF" são alguns dos exemplos.

Por meio da tentativa de direcionamento das pautas, da distinção qualificada do comportamento dos manifestantes, da valorização aos sentidos das reivindicações manifestadas nas ruas, estes veículos de imprensa apresentaram-se, mais uma vez, como atores políticos capazes de interferir diretamente no processo político, pressionando os representantes a atenderem o que eles definem como justo, prioritário e apropriado para o desenvolvimento regional e nacional. A denúncia da exploração capitalista na cidade e das assimetrias do modelo representativo, por exemplo, *fortes* na pauta do MPL, voltam a ser naturalizadas e o problema da corrupção, tratado como problema de conduta individual à espera de punições mais severas, se mostra de forma descolada das assimetrias do capital impactadas no modelo representativo. A pauta mais forte gerada nessa segunda onda de manifestações é a do combate à corrupção e a grande imprensa tornou-se porta voz e protagonista desta pauta. Uma questão que remete a longa e recorrente trajetória na cultura política brasileira e que se acomodou às circunstâncias históricas daquele contexto de 2013, como demonstrou Rodrigo Perez em ensaio recente⁵³. Nos termos do autor, uma cultura política liberal conservadora presente no imaginário político brasileiro desde os anos 1940, caracterizada pelo enfraquecimento estatal/fortalecimento da iniciativa privada, atribuindo ao Estado o papel de agente da corrupção por meio da fórmula "limitação do Estado"/ "combate à corrupção".⁵⁴

Como resultado, tal como expresso na narrativa de jornais da grande imprensa como a *Folha* e *O Globo* a reação imediata dos governantes foi dar respostas, ponto a ponto, a cada uma das reivindicações das ruas: além da queda da tarifa ocorrida no primeiro tempo, a derrubada da PEC 37, endurecimento de pena de crimes por corrupção, a destinação dos royalties do petróleo a investimentos de saúde e educação, o Executivo encaminha uma proposta de construir uma Reforma Política e com participação popular, por meio de um

⁵³ OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A cultura política da crise brasileira: um ensaio de síntese histórica. In: GUIMARÃES, Géssica (org.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 281.

plebiscito.⁵⁵ Neste sentido, de maneira estrita e imediata, o segundo tempo das Manifestações, obteve respostas positivas do mundo político – ainda que a Reforma Política não tenha sido levada à frente pelo Congresso. No entanto, diante da multiplicidade de pautas estruturais cuja resolução não seria possível de ser alcançada em curto espaço de tempo, a sensação geral era de que havia algo de insuficiente ali e de que aquela série de atos teria apenas iniciado um clima de crítica generalizada ao modelo democrático representativo, aberta a todo tipo de reação e apropriação posteriores.

Inclusive o fortalecimento da endogenia do próprio sistema político, personificada na figura de Michel Temer, tal como temos observado no Brasil desde 2016.

3. Conclusão de um problema aberto: Manifestações de 2013, entre a fraqueza e a força do lulismo

Vistas em conjunto, as Manifestações de Junho de 2013 não podem ser compreendidas fora de uma ambivalência definidora de dois tempos. O primeiro, mediado pela atuação do Movimento Passe Livre, movimento que, de algum modo, conseguiu sintetizar na pauta da redução da tarifa/ tarifa zero do transporte público um arco mais amplo de questões que incluem o direito à cidade e o confronto com o modelo excludente de cidade capitalista. Deste modo, as Manifestações avançaram na crítica à blindagem/autonomização do modelo democrático-representativo, defendendo um modelo participativo de horizontalidade e ação direta, por meio de uma pauta concreta e aglutinadora dos interesses do homem urbano comum. Em face do crescimento das passeatas, muitas vezes em direção a pautas avessas às suas – como a lógica “desideologizada” do combate a qualquer partido político – a tática do MPL tornou-se a contenção e circunscrição das ações de junho à redução das tarifas sem, contudo, abrir mão da abertura de um horizonte mais amplo de crítica, não só ao *modus operandi* da democracia representativa, mas também à dimensão capitalista e suas assimetrias, contidas no pacto constitucional de 1988. O segundo tempo tendeu a naturalizar estas questões, atacando diretamente ao problema da corrupção e da má gestão dos recursos públicos, como se pudessem ser vistos de maneira descolada das contradições e assimetrias do capital e da representação. Agendas que se ainda não tinham, em 2013, um centro difusor claramente reconhecido – ainda que fossem apropriadas e impulsionadas pela grande imprensa – possuíam alcance universal a ponto de mobilizar o homem urbano comum, isto é, aquele que não tem uma identidade política e ideológica claramente definida. Na soma não

⁵⁵ Dilma Rousseff sugeriu que o plebiscito sobre a reforma política abordasse pelo menos cinco temas: financiamento público ou privado de campanha, sistema eleitoral (voto proporcional ou distrital), continuidade ou não da suplência para senador, fim ou não do voto secreto em deliberações do Congresso e continuidade ou não de coligações partidárias proporcionais. Para mais detalhes ver: Entenda 5 temas sugeridos por Dilma para plebiscito sobre reforma política. *Portal G1* (online). Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/entenda-5-temas-sugeridos-por-dilma-para-plebiscito-sobre-reforma-politica.html>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

excludente dos dois tempos está a formação de um grande ambiente de crítica ao modelo democrático representativo vigente e a suas práticas.

A formação deste ambiente de crítica e da crise em aberto instaurada por ele ganha em complexidade quando entendemos o estado da arte a partir do qual esta crítica busca se deslocar. Daí a importância de examinar, inicialmente, o potencial semântico do conceito de democracia em seu caráter instável e inconcluso, aberto às circunstâncias históricas mutáveis e à crítica permanente da sociedade civil. Em seguida, as especificidades do caso brasileiro, a partir da inauguração do horizonte democrático pós-redemocratização. Marcado por enormes indicadores de desigualdade social e por heranças do regime militar ditatorial, o modelo democrático brasileiro pactuado a partir de 1988 desenvolveu-se a partir de práticas políticas assentadas numa lógica representativa que, a despeito da realização de consultas eleitorais periódicas, incorpora em seu seio tanto as desigualdades quanto os resquícios autoritários.

Uma questão que tem mobilizado o debate sobre o lugar das Manifestações de 2013 em meio à crise política é sobre o papel que elas tiveram na queda do governo petista de Dilma Rousseff em 2016. Trata-se de tema que, certamente, mereceria mais linhas do que disponho aqui e é provável que eu volte a este assunto em outro ensaio. É possível identificar pelo menos duas grandes linhas interpretativas que vêm tentando dar conta desta explicação, mostrando o quanto o quadro crítico instaurado em 2013 é aberto e suscetível às mais diversas apropriações. Ambas fazem sentido e estão amparadas por dados da realidade, em função da posição política de seus intérpretes em relação aos governos petistas.

Na primeira linha, encampada por analistas que enfatizam a insuficiência dos governos Lula/Dilma no sentido de cumprir um programa de maiores transformações à esquerda, as Manifestações de 2013 seriam as manifestações do *preariado*, para usar o termo de Ruy Braga:

a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens a procura do primeiro emprego, por trabalhadores-recém saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento.⁵⁶

Lançando mão de uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013, que traça o perfil sócio-econômico do manifestante – apontando que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, dos quais 34,3% recebiam até um salário mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários mínimos⁵⁷ – o autor afirma que os atos de junho são reveladores do descontentamento de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho enquanto mão de obra precarizada, desprovidos de direitos e garantias sociais de qualidade oferecidos pelo Estado. A despeito do aumento nos gastos sociais, afirma Braga, os governos petistas não foram capazes de criar novos direitos sociais e maiores

⁵⁶ BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In MARICATO, Ermínia; et al. Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 82.

⁵⁷ *Idem*.

investimentos em saúde e educação:⁵⁸ “Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e a de qualidade quanto pela ampliação do direito à cidade”.⁵⁹ Marcelo Badaró de Mattos, na mesma linha argumentativa,⁶⁰ considera que apesar da heterogeneidade de manifestantes e pautas, e certo viés reacionário em meio a elas, as “jornadas de Junho de 2013 possuíram um sentido de classe, em seu eixo central e nos seus desdobramentos”,⁶¹ em defesa dos direitos sociais.⁶² As massas nas ruas teriam aberto uma dúvida entre as classes dominantes, se valeria a pena manter o apoio aos governos petistas ou era a hora da retomada de métodos tradicionais de atuação, pautados em uma maior polarização de classe⁶³ - as eleições de 2014, altamente polarizadas, foram uma resposta a isso. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que a rejeição a bandeiras vermelhas nas manifestações de junho revelava o desgaste causado pelos governos PT, “que desmoralizou a esquerda ao governar para a classe dominante”,⁶⁴ como se o gesto mais amplo de ataque às estruturas representativas, indiscriminado a diferentes matizes ideológicos, fosse direcionado ao campo da esquerda, em função da moderação e política de conciliação dos governos petistas. Em suma, do ponto de vista destes autores, as Manifestações expuseram o frágil equilíbrio de forças e o colapso do modelo montado pela política de conciliação de classes imposta pelos governos petistas.

Jessé de Souza, em sentido contrário ao proposto por Braga e Mattos, considera as Manifestações de 2013 o “ovo da serpente do Golpe de 2016”, o momento de construção da base popular do Golpe.

Existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas jornadas de junho, e o golpe de abril de 2016. As manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação dos governos petistas. Na verdade, representam o início do cerco ideológico até hoje mal compreendido pela enorme maioria da população brasileira.⁶⁵

Ainda que demarcasse a diferença entre um primeiro momento de protestos localizados com foco em políticas municipais e um segundo, quando há a federalização dos protestos, Jessé Souza, ocupado em entender o processo de desgaste da popularidade do governo Rousseff que culminou com o golpe de 16, atribui um peso muito maior ao segundo do que ao primeiro tempo das manifestações. Observando o problema em conjunto, é como se o segundo

⁵⁸ BRAGA, Ruy. Sob a sombra... *Op. cit.*, p. 81.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 82.

⁶⁰ Segue a mesma linha interpretativa o trabalho: DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

⁶¹ MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 95.

⁶² *Ibidem*, p. 98.

⁶³ *Ibidem*, p. 105.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 106.

⁶⁵ SOUZA, Jessé de. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016, p. 87.

abrisse caminho e fosse o “ovo da serpente” para as Manifestações pelo Fora Dilma que se seguiram em 2015 e 2016.

Ao fim e ao cabo tanto a chave de análise de Braga e Mattos quanto à de Jessé Souza enfatizam dimensões diferentes de 2013, tendo em vista seus propósitos explicativos mais amplos e exteriores ao evento: para os primeiros, o peso maior está no que estou chamado de primeiro tempo das manifestações, em função da compreensão dos equívocos do lulismo gerados por sua política de conciliação de classes que, ao fim, se direcionava aos interesses do capital; para Souza, priorizando o segundo tempo, o cerne do problema está no processo de desestabilização encadeado a partir de 2013, tendo em vista a força que adquiriu a bandeira do combate à corrupção nos movimentos do Fora Dilma, de 2015 e 2016. Deste modo, a despeito da qualidade argumentativa e bem fundamentada apresentada nas análises, em um e outro observamos a tentativa de desfazer a ambivalência entre os dois tempos, central para a compreensão do argumento desenvolvido aqui.

Instauradas sob a vigência do lulopetismo no comando do Executivo – entendendo, em linhas gerais, o governo Rousseff como continuação daquela fórmula – caracterizado pela associação entre pacto conservador com as elites político-econômicas e um “reformismo fraco” em âmbito social, tal como proposto por André Singer,⁶⁶ as Manifestações de 2013 revelam a força e a fraqueza do lulopetismo. Fraqueza, na medida em que as críticas ao *modus operandi* do modelo representativo atingiriam em cheio, naturalmente, à Presidência da República, resultado e expressão daquele modelo. No entanto, cabe ressaltar, havia naquele momento todas as condições para que as revoltas encontrassem em Dilma Rousseff um alvo mais direto e imediato, especialmente no segundo tempo de Junho, quando a grande imprensa passou a aderir às manifestações – cabe destacar que nunca foi amistosa a relação da grande imprensa com Dilma. A queda da presidenta por meio de impeachment não era uma bandeira consistente entoada nas ruas em 2013; em meio a uma plêiade de reivindicações, esta não ganhou força. Um dado óbvio, mas que merece ser lembrado, é que a mesma Dilma Rousseff, profundamente desgastada em 13, é candidata à reeleição presidencial um ano depois e sai vencedora do pleito. No entanto, a força do lulopetismo não se revela somente nestes dois aspectos mais imediatos, mas sim no modo como as Manifestações, como conjunto, expressaram um desejo de ajuste e aprofundamento da democracia nos termos do pacto Constitucional de 1988, executado em sua plenitude pelos governos petistas. Ou seja, as garantias sociais mínimas produzidas nos termos do reformismo petista – capazes de promover investimentos em programas sociais que atacavam o problema urgente da fome e da miséria, além de garantir avanços em relação a governos anteriores em todos os indicadores sociais e materiais, promovendo políticas de contenção da inflação combinada ao crescimento real do salário mínimo e, sobretudo, crescimento do emprego, componentes que criavam condições mínimas para ascensão social – somente aquele estado de coisas permitia

⁶⁶ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

um horizonte que clamasse por aprofundamentos no potencial democrático nos termos de 2013.

Uma abertura de futuro que o governo Temer parece não permitir.

Daniel Pinha Silva: Professor da área de História do Brasil do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTORIA. Possui graduação em História pela UERJ e mestrado e doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É pesquisador associada à COMUM – Comunidade de Teoria de História da UERJ. Seus principais temas de pesquisa são: História do Brasil Império; Literatura e História; História intelectual do Brasil oitocentista; Ensino de História; História local.